



---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 21**

**SOBRE A PROBLEMÁTICA DO RECENTE  
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

**SAMUEL COSTA FILHO**

MARÇO/2012

## **TEXTO DE DISCUSSÃO**

Ano11 – nº 21 – Março/ 2012

### **Reitor da Universidade Federal do Piauí**

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

### **Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras**

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

### **Chefe do Departamento de Ciências Econômicas**

Prof. Ms. João Soares da Silva Filho

### **Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas**

Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz “Puscas”

### **Editado pelo DECON**

#### **Responsável**

Econ./DECON Ms. João Soares da Silva Filho

#### **Conselho Editorial**

Prof. Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz “Puscas”/DECON

Profª Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro/DECON

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/DECON

Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade/DECON

Prof. Ms. Francisco Prancacio Araújo de Carvalho/DECON

### FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí

--v.1, n.21, A.11 (março/ 2012) – Teresina: UFPI, 2009 – ISSN 1678- 1988

1.Economia – Periódicos

CDD 330.05

## **O SOBRE A PROBLEMÁTICA DO RECENTE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

**RESUMO:** o presente artigo trata da questão do desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas três décadas. Apoiado nas ideias neoliberais e baseado no tripé metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, este modelo tem sido apresentado como virtuoso. Este artigo defende que o Brasil inseriu-se passivamente na globalização financeira e como fornecedor de *commodities*, não criando um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo. Todavia, algumas medidas de combate à miséria foram implementadas, sem, contudo, criar as condições de combater os graves problemas que foram criados por este modelo de inserção internacional passiva.

Palavras Chave: Sociedade brasileira. Neoliberalismo. Desenvolvimento brasileiro.

**ABSTRACT:** This article addresses the issue of Brazilian economic development in the last three decades. Supported in neoliberal ideas and based on the tripod of inflation targeting, floating exchange rate and primary surplus, this model has been presented as virtuous. This paper argues that Brazil has entered passively in financial globalization and as a supplier of commodities, not creating a socially inclusive development model. However, some measures to combat poverty were implemented without creating conditions to address the serious problems that were created by this model of international passive insertion.

Keywords: Brazilian society. Neoliberalism. Brazilian development.

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil revela análise de grande vigor que vem dos anos 30 do século passado. Autores como Gilberto Freyre, Francisco J. Oliveira Viana, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Holanda e Celso Furtado, cada um a sua maneira, apresentaram uma diferente e relevante contribuição para o entendimento do processo de constituição da sociedade brasileira.

Esse pensamento social brasileiro apresenta a característica marcante de uma abordagem que associa economia, sociologia, cultura ou a política com uma linha histórica. Viana (1991) ressaltou a questão política e a história. Oliveira Viana tratou do problema da identidade nacional no âmbito cultural, mostrando uma vergonha para com o olhar do passado brasileiro. Crítico do escravismo e apresentando uma visão de cunho racista, ele apresentava como o Brasil formou um povo inferior, constituído de negros e mulatos.

Em oposição a Viana, o trabalho de Gilberto Freyre (1996) acentua as questões da cultura e da história mostrando que a patologia da escravidão foi capaz de produzir valores sublimes, humanos e superiores. Foi na vida cotidiana que Gilberto Freyre buscou a identidade nacional; apresentou na sociologia do tempo lento, tempo ibérico que produziu uma vida comandada pelo ócio (senhorial) e uma espontaneidade que brotava da atitude do negro, além da formação de uma cultura que revelava o afeto.

Sergio Buarque de Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, é crítico da tradição em nome do progresso do capitalismo. Conforme Holanda, predominou a tradição que brotou da escravidão, o ócio e não o negócio, a aventura e não o trabalho no processo de formação das instituições brasileiras. Essa realidade criou organizações falhas, e o Brasil se constituiu num Estado a serviço dos poderosos e dos ricos e num instrumento das classes dominantes.

Caio Prado Junior (1971) é autor das décadas de 1930, 1940 e 1950, quando o Brasil passava por profundas mudanças em decorrência do processo de substituição de importações, momento de mudanças internas e na inserção internacional do Brasil, representando a crise final da economia colonial. Prado Junior procurou explicar a modernização acelerada por que passava o País, objetivando dinamizar e implementar o capitalismo nacional em meio a um processo de transição difícil e da problemática de dependência e de subdesenvolvimento.

A explicação de Celso Furtado (1979) procurou compreender como as transformações do capitalismo contemporâneo contribuiriam para a formação do Brasil. Como acadêmico crítico e reformista, ele procurou combater o *status quo*, objetivando e propondo mudança

dentro da ordem. Crítico da visão economicista ortodoxa, usava uma interpretação interdisciplinar para explicar a formação econômica do Brasil.

Florestan Fernandes (2005) deu ênfase à sociedade e à história. Florestan Fernandes que viveu o momento da última fase de consolidação da revolução burguesa, onde no campo externo, o imperialismo, e no contexto interno, a transição e consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, impediam os avanços das reformas burguesas no País. Assim, a perspectiva interpretativa de Fernandes apresenta os dilemas da revolução burguesa no Brasil.

O domínio das ideias neoliberais e do pensamento pós-moderno nos últimos trinta anos levou, no campo das Ciências Econômicas, a uma regressão nos enfoques e nas análises críticas, combateu e desqualificou qualquer estudo de autores de esquerda, com os mais diferentes cientistas sociais progressistas sendo relegados ao esquecimento ou colocados em um plano inferior. Um ideal “Novo Liberal” da “eficiência” e da “modernidade” ganhou os corações e as mentes dos “nouveaux économistes” que passaram a comandar o debate e a política econômica no Brasil. Em seus discursos, procuraram concentrar no campo da Ciência Econômica e na decisão técnica questões de cunho da Economia Política em detrimento da esfera política e da esfera social.

O objetivo desse artigo, portanto, é realizar uma reflexão a respeito do recente desenvolvimento da economia brasileira guiada pela lógica do neoliberalismo. Inicialmente, mostra a essência do pensamento neoliberal e sua implementação no Brasil. No ponto seguinte, trata do fracasso das políticas neoliberais e, em continuação, apresenta o desenvolvimento econômico no Brasil pós-década perdida. Na sequência, questiona o propalado modelo virtuoso de crescimento econômico recente e, na conclusão, defende a necessidade de constituição de um projeto nacional de desenvolvimento social e inclusivo que objetive e combata nossa situação de elevados níveis de miséria e o subdesenvolvimento.

## **2 O DOMÍNIO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

O Brasil, que a partir dos anos 1930 instalou as bases de uma economia urbano-industrial, chegou ao fim dos anos 1960 com sua economia comandada pelo setor industrial. As ideias cepalinas influenciaram diretamente esse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande responsável pelo desempenho favorável da economia (OLIVEIRA, 1999). No curto espaço de tempo - 1930/1980 -, o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café) para a constituição de um parque industrial que chegou a ser o oitavo ou nono do planeta.

Ocorre que a crise dos anos 1980 revelou o fim do modelo anterior apoiado no tripé capital externo, capital privado nacional e gasto público, alavancado pelo elevado imposto inflacionário. Após mais ou menos quatro décadas de atuação deliberada do Estado na promoção do desenvolvimento, encontramos um Estado privatizado e desestruturado. Revelou-se facilmente que a cópia do estilo de vida e das políticas econômicas e sociais dos principais centros desenvolvidos, apesar de provocar transformações econômicas e culturais, manteve o quadro de “*apartheid* social” próprio da realidade do Brasil.

Após toda a fase de crescimento acelerado e modificações por que passou a sociedade brasileira, o País revelava um quadro de opulência de uma minoria aliada a um processo de crescente favelização, persistente falta de moradia e emprego, ausência de saneamento básico na maioria das cidades, precariedade da assistência médica e da educação, crescimento brutal da marginalidade e da violência urbana etc. O desenvolvimento com transformações econômicas, social, política e conseqüente crescimento do padrão de vida da população não ocorreu para a grande maioria dos brasileiros. Este ficou restrito a determinadas regiões, e para certos grupos da população.

Nos anos 1980, a economia brasileira passou pela crise da década perdida. Foi apenas nos anos 1990 que ganhou corpo e supremacia na sociedade brasileira as ideias e a defesa do sistema de mercado que foi deificado no Consenso de Washington (DELFIM NETTO, 1999). Por esse fato, o Governo Collor e os seguintes somente implementaram reformas na linha do Consenso de Washington. Assim, na década 1990 ocorreu a desistência total de implementação de qualquer tipo de política de desenvolvimento regional e nacional. Desistimos de construir a nação e entregamos o nosso destino ao capitalismo externo (SAYAD, 1999).

Os intelectuais formados nas universidades americanas obtiveram um grande espaço perante a mídia, passaram a dominar o corpo docente em diferentes instituições universitárias brasileiras e disseminaram na sociedade a necessidade de uma política de desenvolvimento para o Brasil nas linhas do neoliberalismo.<sup>1</sup> Modelo econômico onde as ideias de domínio do individualismo darwinista e de mercado arrogava-se virtuosa, eterna e universal.

Acontece que esse neoliberalismo representa muito mais que um conjunto rígido e definido de políticas econômicas a serem aplicadas. O caráter genérico e vago do

---

<sup>1</sup> Para Ricardo Gómez (apud CARVALHO, 2004), existem quatro períodos na história do liberalismo: (1) o liberalismo clássico, de Adam Smith; (2) o liberalismo neoclássico, do século XIX; (3) o neoliberalismo da luta teórica de Friedrich Hayek e Milton Friedman; e (4) o neoliberalismo implantado, a partir do golpe militar de 1973 no Chile, cuja fase atual se caracteriza pelo extremismo teórico, no qual a solução dos seus problemas é sempre mais neoliberalismo.

neoliberalismo fornece uma ampla margem de manobra e atuação para os governos que optarem por esse modelo. Essa flexibilidade permite aos defensores do “novo liberalismo” a síndrome da “imunidade autoatribuída”, ou seja, transferir para os países e seus respectivos governos a responsabilidade pelos fracassos das políticas implementadas sob sua orientação.

Na verdade, o neoliberalismo possui um grande, variado e flexível conjunto de ideias e de políticas econômicas, de tal modo a acomodar as peculiaridades institucionais e as necessidades de cada país que o utiliza. Assim sendo, o neoliberalismo é muito mais que um determinado tipo de política econômica; é um conjunto amplo de ideias e valores, ou seja, representa um paradigma que consubstancia e defende as políticas econômicas que têm referência nos mecanismos de mercado.

Para o neoliberalismo, o problema dos países atrasados decorria dos desajustes fiscais e desequilíbrios orçamentários devido à ineficiência e populismo no gerenciamento realizado pelo Estado no período anterior, ou seja, tratava-se apenas de um problema fiscal, culpa exclusiva do Estado, e que não possuía ligação com deficiências dos mecanismos de mercados (MORAES, 2001).

Segundo Carvalho (2004), um resumo do paradigma neoliberal a partir da experiência da América Latina pode ser resumindo nos seguintes pontos:

- a) prioridade absoluta para os direitos do capital;
- b) ocultamento das relações capital-trabalho e responsabilização do indivíduo frente ao capital;
- c) despolitização da política econômica - tratada como técnica universal;
- d) abertura de novos espaços para a valorização do capital;
- e) responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional.

A política econômica neoliberal passou a dar prioridade absoluta para os direitos do capital, independentemente do partido que esteja no poder. Nessa linha, o governo procurou garantir e priorizar os direitos dos credores e investidores em títulos financeiros. Respeitar os contratos, apresentar “regras claras” e “transparentes”, sinalizando para o mercado uma política econômica clara e responsável, tornou-se a norma vigente.

No Brasil, tem mudado de governo, mas não a equação básica pela qual a tecnocracia manda na política econômica do governo: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. A máquina operacional da Fazenda e do Banco Central foi, até o início do governo Dilma Rousseff, contaminada e dominada pelos neoliberais. Esses tecnocratas foram aculturados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Banco internacional

para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e inviabilizaram qualquer possibilidade de se fazer política econômica independente e autônoma (ASSIS, 2005).

Neste quadro, a prioridade sempre foi o ajuste fiscal que garantisse o pagamento pontual das obrigações do Estado para com a dívida pública. É igualmente fundamental manter a estabilidade do valor da moeda e o bom funcionamento do sistema financeiro, para evitar riscos de desvalorização financeira que prejudiquem os aplicadores deste sistema. E, finalmente, fez-se necessário uma ampla liberdade cambial, livre movimentação de capitais e conversibilidade fácil e rápida para que esses capitais possam voar rapidamente quando bem entenderem e quiserem, e caso achem necessário.

As empresas passaram a ser tratadas como vítimas das legislações trabalhista e tributária, consideradas inadequadas, penalizando muito os empresários e, conseqüentemente, a classe trabalhadora - mudando completamente o enfoque do desemprego, que passou a ser culpa do próprio indivíduo, devido à sua falta de formação e qualificação profissional ou ao elevado custo de contratação formal de trabalhadores. A disputa ente capital e trabalho desapareceu completamente do debate e passou a predominar a retórica de parcerias e de cooperação. Dessa forma, o neoliberalismo passou a tratar os direitos trabalhistas como privilégios e a criar legislação sobre cooperativa, terceirização e outros instrumentos legais que vieram legitimar formas de contratação que mascaravam o processo de subcontratação de trabalhadores e eliminavam responsabilidades patronais.

No campo da proteção social, essa obrigação foi retirada do Estado e dos compromissos que devem orientar a política econômica. A proteção social passou também a ser tratada como uma questão individual, com cada pessoa tendo o dever de prevenir-se. Os direitos fundamentais passam para o campo da caridade, do auxílio mútuo entre as pessoas; desaparece a retórica social-democrata de direitos e obrigações do Estado para com todos os indivíduos da nação.

Apresentando a Ciência Econômica como ciência exata, a política macroeconômica passou a ser apresentada como uma técnica científica rígida. Ocorreu um processo de despolitização da macroeconômica, por intermédio do discurso da existência de uma técnica inequívoca, dividida entre políticas “repensáveis” e ortodoxas e as políticas “populistas” ou “irresponsáveis”, as Keynesianas e do Estado do Bem-Estar Social.

Nesse sentido, a política econômica deixou de ter a preocupação com o crescimento econômico, com o emprego e com a distribuição de renda e passou a priorizar programas localizados de eficiência e produtividade microeconômicos. Uma nova estrutura em que a luta



pela independência e autonomia de determinadas instâncias públicas decisivas, em especial o Banco Central, fez-se importante e decisiva, de modo a deixá-los fora do alcance da sociedade civil e das instituições políticas democráticas.

Pelo exposto, o neoliberalismo foi voltado para desmontar o Estado intervencionista e do Bem-Estar Social e operar em favor dos grupos financeiros mais influentes do capital. Apresentava-se como antiestatal, mas foi incapaz de se afirmar sem o apoio de um Estado forte, ou seja, dependeu da iniciativa e da ajuda do Estado para ser implantado e gerido. Coerente com o seu modelo, o neoliberalismo encaminhou o processo de privatização generalizado de todo o setor produtivo estatal (MOLO, 1996).

Esse modelo provocou uma dinâmica em que o mercado financeiro internacional viabilizou, em um nível mais elevado, o crescimento da estrutura financeira, estimulando a aplicação dos recursos na esfera financeira em detrimento dos investimentos na esfera produtiva. Além do que, mercados financeiros abertos e liberalizados facilitam a migração de capital e ampliam o movimento desses capitais entre os países e entre as diversas aplicações, agravando a instabilidade, típica desses mercados financeiros (CHESNAIS, 1996).

Essa nova arquitetura do mercado financeiro internacional, o patrimônio dos *hedgefunds*, fundos altamente especulativos que operam em mercados futuros, formais ou de balcão, atingiu volumes trilhionários, com uma enorme massa de dinheiro desgovernado passando a ameaçar a estabilidade das finanças mundiais. Mas, mesmo diante dessa realidade instável, os neoliberais, além de defender a liberdade de circulação de capitais e da livre conversibilidade das moedas, ainda atribuem aos países dependentes a responsabilidade para combater e evitar os efeitos perversos dessa ampla mobilidade dos recursos do mercado financeiro e do capital.

Em meio a toda essa avalanche do neoliberalismo, não foi difícil o domínio mundial por teorias que apresentam e interpretam o processo de globalização como um movimento de êxitos, benéfico e singular, na história do capitalismo. Segundo o discurso dominante, a globalização levaria à convergência das diferentes formações sociais que participassem desse processo. Desse modo, nenhum país poderia recusar dele participar, a não ser que quisesse arcar com os custos, ficando à margem da história e sendo relegado ao esquecimento.

A social-democracia que tentou humanizar o capitalismo ao construir uma perspectiva de capitalismo socialmente justo, permitindo que este sistema produzisse políticas de defesa da sociedade, da classe trabalhadora, de direitos de aposentadoria etc., dentro dos marcos do capitalismo, estava sendo derrotada. A crise dos anos 1970 pôs fim a esta utopia burguesa, e ocorreu o retorno do predomínio dos marcos conservadores e liberais, que redundou em

aprofundamento das desigualdades e retrocesso no atendimento das demandas e prioridades sociais, permitiu imensos ganhos para os executivos, os salários reais permaneceram estagnados e a classe trabalhadora teve aumentada a sua carga de trabalho.

Na fase neoliberal, a busca do excedente, do lucro e do ganho financeiro criaram uma contradição entre capital real e capital fictício, devido à busca do lucro em atividades especulativas que permitem lucros fáceis, insaciáveis, gerando, contudo, um processo de autodestruição que levaria, inevitavelmente, à crise da economia, quer seja existindo um capitalismo regulado pelo Estado ou não, uma vez que o capital atingiria os seus limites e o processo de acumulação rentista entraria em crise (MARQUES; NAKATANI, 2009).

### **3 AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA NEOLIBERAL**

A alternativa neoliberal não era e nunca foi o único nem o melhor caminho a ser seguido pela sociedade brasileira. A crença dos liberais de que a sociedade organizada pelo mercado é não somente a melhor, mas a única que possibilita o homem preservar a sua individualidade e a sua liberdade, levando ao progresso e bem-estar da humanidade, carece de fundamento científico.<sup>2</sup> Tudo não passa de ideologia.

O processo de acumulação de capital a partir dos anos 1980 revelou a predominância do capital financeiro em uma atividade frenética de especulação que superou em muito os investimentos produtivos e difundiu a ideia de que o trabalho teria perdido a centralidade com o predomínio da tecnologia, da informação e do mundo do conhecimento. Diferente da maneira com foi apresentada pela ortodoxia e pela crítica heterodoxa, a política e a cultura amoral do sistema financeiro não representam um desvio de conduta. Trata-se de característica do capitalismo que, com a política de desregulamentação, ganhou mais liberdade para legitimar-se, de modo que apenas ficou transparente nas últimas décadas (CARCANHOLO, R., 2011).

Esta nova dinâmica do capital logo assustou até antigos doutrinados, que, ao tomar consciência da diferença radical entre o mito e a realidade capitalista, passaram a ter uma atitude de indignação e crítica. O estrago feito pela restauração liberal-conservadora e as transformações provocadas pela dinâmica financeira-rentista levaram a diversas crises

---

<sup>2</sup> O economista coreano Ha-Joon Chang, da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, afirma que os países desenvolvidos estão querendo reescrever a história com a defesa incondicional do livre-mercado. Nos livros “Chutando a Escada” e “Maus Samaritanos”, Chang (2004, 2009) busca mostrar como os países desenvolvidos estão deixando de lado os próprios mecanismos protecionistas, dos quais se valeram no passado para se desenvolver, quando recomendam e defendem a estratégia do livre-comércio como solução para as nações em desenvolvimento.

econômicas em todos os continentes. O Estado capitalista, diante da gravidade da crise provocada pelo capital financeiro, imediatamente assumia seu papel de defensor da acumulação, adiando o aprofundamento, prolongando o desfecho final da crise. Dessa forma, o Estado assumiu o ônus e socializou os prejuízos do capital financeiro.

O liberalismo acentuou o desenvolvimento e o progresso que ocorreram nos marcos do capitalismo, aprofundando e dinamizando, com este processo, o mundo da mercantilização, individualista, socialmente injusto e cínico da acumulação capitalista, que não se preocupa com a função essencial de assegurar a todos os seres humanos os bens e serviços necessários à sua existência, como também não tem compromisso com a questão ambiental (HOUTART; POLET, 2002).

Muito embora seja, a cada dia, maior a tomada de consciência a respeito da gravidade da poluição dos mananciais de água potável, da destruição de florestas e da redução da biodiversidade, dos efeitos do uso dos combustíveis fósseis (carvão, derivados de petróleo e gás natural) no processo industrial e na geração de energia, fazendo-se necessário e urgente modificar drasticamente a matriz energética atual, não existe uma solução de curto prazo e, muito menos, alternativa para viabilizar adequadamente a solução do problema. O uso da energia hidrelétrica não revela potencial de expansão, e as formas eólicas, solares e os biocombustíveis não possuem abrangência que permita modificar drasticamente a matriz energética atual, de forma que, por bastante tempo, faz-se necessário escolher a “menos ruim” (LANDIM, 2011).

Acontece que os problemas do capitalismo global revelam-se mais grave do que a questão da crise econômica. A sociedade global apresenta uma crise da civilização capitalista (DIERCKXSENS et al., 2010), crise do modo e do estilo de vida assentada no desperdício e no excesso, que disseminou o consumismo, esbanjamento, estragando água, degradando a natureza e abusando no uso de energia altamente poluidora e degradante que ameaça a existência da humanidade.

Essa crise fortifica o ponto de vista que revela o impasse em que se encontram as diversas nações do planeta, necessitando criar uma saída salvadora que pode redesenhar a história da humanidade, mas, por outro lado, o capitalismo pode continuar e manter a atual dinâmica perdulária, agravando a questão ambiental e as condições de sobrevivência dos seres humanos em decorrência dos problemas energéticos, climáticos, e do aquecimento global. Uma perspectiva otimista acena com a possibilidade de no pós-crise ocorrer grandes mudanças com a criação de um “Mundo Novo”, com mais regulação, coordenação,

cooperação e mais “Governança Global”, e até com a construção de um “*Green States*” (BARRY; ECKERSLEY, (2005).

Trata-se, com certeza, de uma época de notórias incertezas em escala mundial. A magnitude e a complexidade da crise da civilização capitalista, que põe em risco a própria existência da humanidade, é produto não somente da política liberal de promoção da desregulamentação. A crise é uma conjugação de múltiplas contradições do modo de produção capitalista em escala global, que se assenta em princípios amorais, derivados de uma racionalidade econômica injusta desse modelo de civilização.

Dado que o Estado no capitalismo atende aos princípios da acumulação e da legitimação, a resposta conservadora na política dos principais Estados capitalistas procurou apenas estabilizar a crise econômico-financeira, não eliminando minimamente os graves problemas por que passa o capitalismo mundial. O sistema financeiro mundial, sentindo-se novamente fortalecido, já voltou a comandar a economia de cassino. Os conservadores dominaram os governos na Europa e o Congresso americano, estando a utilizar políticas retrógradas e conservadoras, reduzindo o poder de intervenção do Estado e aumentando as incertezas econômicas, ecológicas, sociais e política em nível mundial, que devem provocar mais danos.

Na atualidade, não existe em andamento projeto ou outro modelo de sociedade que sirva de alternativa ao sistema capitalista. Ao mesmo tempo, a disseminação desse modelo de crescimento econômico em vigor em quase todo o mundo, revela que o planeta Terra não tem condições para suprir todas as demandas e as necessidades que o capital reivindica. O planeta está rompendo os seus limites no uso de seus recursos. A “Mãe Natureza” não suportará fisicamente um crescimento exponencial, como o em torno de 4% a 5% apresentado nos últimos anos antes da crise, de modo que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 70 trilhões de dólares passará de US\$ 140 trilhões antes de 2020 e atingirá US\$ 280 trilhões antes de 2050 (SACHS, 2011).

De tal modo, é importante compreender que não está ocorrendo apenas uma crise financeira e ecológica. São múltiplas as crises que a humanidade enfrenta na segunda década do século XXI. Crises no aspecto econômico-financeiro, na geopolítica, no campo militar, na área de energética, a crise alimentar, a grave crise ecológica, crise na questão de uma falta de ética sem precedente e também crise no campo social. Todo este contexto decorre do próprio desenvolvimento do capitalismo, principalmente ao longo das quatro últimas décadas, revelando tratar-se de uma crise da civilização capitalista (DIERCKXSENS et al., 2010).

É extraordinária a incompetência dos progressistas e das esquerdas em apresentarem uma alternativa política à sociedade, mesmo diante do desastre social que somente se aprofunda na Europa. Nesse contexto, a agressividade do capital eliminando as funções sociais do Estado, o crescimento do autoritarismo social e a destruição da democracia predominam (ASSIS, 2012). A propriedade e o poder se concentra em uma casta de administradores onnipotentes que domina as finanças, enriquecendo com a política de arruinar outros acionistas, empresários e os trabalhadores. A especulação e as finanças tornam-se soberanas. O Estado garante a renda de longo prazo para o capital financeiro via o pagamento da dívida pública, captando impostos e expropriando a classe trabalhadora (LOUÇÃ, 2012).

Assim, ainda não existem bases para se pensar na criação de um “Novo Mundo”. Revela-se ser falsas as esperanças otimistas de realização de futuras políticas de desenvolvimento sustentável e de política de defesa de um “Estado Verde” em prol do planeta, dado que o sistema capitalista não criou as condições necessárias para dar um salto para esta nova etapa. O sistema capitalista continua dominante e as respostas e políticas, além de apresentar conteúdo conservador, ainda são comandadas pela lógica das decisões do capital e dos Estados mais poderosos em nível mundial, até porque o capitalismo não possibilita uma lógica do “crescimento estacionário”, como defesa da natureza, pois suas bases fundamentais são as da acumulação constante de capital (MÉSZÁROS, 2011).

#### **4 A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 1980**

No que diz respeito a economia brasileira, a essa altura, todos já conhecem a verdade desoladora dos anos 1990. Nessa realidade, o Brasil praticamente completou 25 anos com crescimento econômico medíocre, e somente no segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) mostrou uma dinâmica um pouco melhor. Naquela década, inaugurada com promessas extravagantes dos arautos da liberalização e pela abertura, presenciamos mais uma década perdida em termos de desenvolvimento econômico no Brasil. De Collor a Fernando Henrique Cardoso (FHC), governos comprometidos com a internacionalização da economia e submissos ao Consenso de Washington conseguiram a proeza de produzir resultados piores do que os da famosa Década Perdida, período em que o País estava vivendo o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e a crise da herança Vargas-Kubitschek (BATISTA JUNIOR., 1999).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, os principais pontos que impulsionaram o crescimento econômico foram baseados no comércio exterior de *commodities* e na economia do endividamento (crédito), com a liberalização do mercado favorecendo os setores financeiro e exportador (principalmente o agronegócio). Ocorreu um processo de desnacionalização e de concentração e centralização do capital produtivo, como também nos rendimentos. Presenciamos, ainda, um aumento nas remessas de recursos para o exterior (lucros, *royalties* e outros pagamentos ao capital estrangeiro) e a conseqüente redução do Produto Nacional Bruto (PNB) relativamente ao PIB (JURUÁ, 2005).

Apoiado em um debate que se concentrou e interessou mais ao mundo das finanças, o neoliberalismo gerou estabilidade econômica, mas impediu o crescimento econômico. Nesse contexto, o neoliberalismo apresentou o desemprego como decorrente da intervenção indevida no livre-mercado, do custo do trabalho e da consequência natural do desenvolvimento tecnológico nesse novo mundo globalizado que estava nascendo. Essa corrente adotou uma linha que defende a precarização das relações e dos contratos de trabalho, que reduz os direitos sociais; apela para falsas reformas e encobre que a falta de crescimento e o desemprego decorrem da sua própria recomendação de política econômica (CANO, 1994).

Nos países da periferia, a utilização e justificativa dessas políticas econômicas liberais e o processo de globalização serviram aos interesses das elites conservadoras e reacionárias, e aos setores “modernos” com interesses ligados ao exterior, a ponto de levar ao esquecimento de que o mundo continuava capitalista, e que, nesse processo de globalização financeira, ocorria o agravamento de vários defeitos congênitos do sistema capitalista. E as recomendações de política econômica dos países desenvolvidos inviabilizaram o desenvolvimento dos países emergentes que seguiam suas recomendações e a dos principais organismos internacionais. Todavia, a elite brasileira seguiu à risca o famoso “dever de casa” (BATISTA, 1995).

Agravando este quadro, nesses países atrasados, o consumismo revela-se mais grave devido ao consumo imitativo e à importação de bens de consumo de luxo e supérfluos pelas elites aculturadas. Essa atitude representa para esses países uma drenagem de divisas que diminui em muito a capacidade de importação de máquinas, equipamentos e tecnologia necessária ao desenvolvimento econômico. Todavia, por outro lado, essa mesma elite e seus escudeiros, os “Falcões do Orçamento” (DELFIN NETTO, 2007) combatem as políticas de intervenção do Estado buscando o desenvolvimento econômico, como também a política de combate à exclusão social e à miséria, através de discurso veemente contra o aumento do

gasto social (saúde, previdência, educação), justamente os que são realizados em benefício dos indivíduos mais carentes.

Os principais meios de comunicação utilizam política e a prática de lavagem cerebral atacando constantemente a ineficiência da administração pública, o peso excessivo do Estado. Entretanto, os falcões do orçamento, nada dizem a respeito dos impressionantes e volumosos recursos gastos pelo governo para atender ao capital financeiro, aos valores dos subsídios fornecidos ao capital e aos empréstimos privilegiados para os grandes grupos empresariais, como também, nada se fala respeito da política de não tributação dos ricos e superricos, das mordomias e vantagens fabulosas das remunerações e fortunas e dos benefícios dos altos dirigentes das grandes empresas e de determinados executivos do mercado financeiro, ou seja, os verdadeiros privilegiados no mercado de trabalho.

No Brasil, que na década de 1970 entoava o hino de ser “o país do futuro”, com a implementação do modelo “Novo Liberal” - quando o governo brasileiro passou a realizar uma política liberal de ajuste macroeconômico e de reforma do Estado, assentada na liberalização e desregulamentação dos mercados de trabalho e do mercado financeiro, na política de privatização das empresas estatais e serviços públicos, na mudança das abrangências e operação das políticas sociais rumo a políticas focalizadas e a restringir as escolhas e a política do Governo para o desenvolvimento - viu-se diante da falta de perspectiva de crescimento e, desse modo, abdicou de um futuro promissor. A economia brasileira somente apresentou crescimento baixo e volátil (GONÇALVES, 2005), conforme demonstra o comportamento da figura 1.

### Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres (contra os 4 trimestres imediatamente anteriores)

GRÁFICO II.11 - PIB a preços de mercado  
Taxa (%) acumulada em quatro trimestres



Os economistas de mercado comandaram a implantação, pela via liberal, desse novo modelo de desenvolvimento no Brasil, que se revelou um verdadeiro e grande fracasso: o desemprego e o emprego precário tornaram-se crônicos; a exclusão e a pobreza urbana expandiram-se na periferia das grandes e médias cidades; e houve uma involução das condições de vida da grande maioria da população brasileira. O Governo FHC, ao programar estas medidas, somente conseguiu o enfraquecimento do Estado e elevar a instabilidade macroeconômica.

Depois da era de Fernando Henrique Cardoso, a política econômica do primeiro Governo Lula foi uma **política econômica passiva**, que objetivou **apenas** a conquista da estabilidade monetária, para obter superávit primário, via redução dos gastos do setor público, com níveis de investimento público medíocre e, nessa realidade, usou, simultaneamente, três diferentes discursos junto à sociedade brasileira. Um, na área econômica, mantém a “continuidade virtuosa” que rendeu elogios à gestão de Pedro Malan e Armínio Fraga. Para a militância petista, acentuava a existência de uma “herança maldita”. E, devido à contradição entre estes dois discursos (herança maldita e política econômica conservadora), enfatizou um terceiro discurso, que afirmava “Não vamos olhar para o passado; vamos falar do futuro.” (BENJAMIN, 2003).

Em 2007 foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que aparecia como medida de retomada da tradição dos planos econômicos e como ação do Estado, com medidas que objetivavam favorecer o investimento e gerar emprego. Acontece que, mesmo após o início da crise global, o governo brasileiro demorou não somente a adotar as medidas de natureza contracíclica, como também somente aceitou as políticas heterodoxas sob pressão de conjunto da sociedade e devido à mudança de postura dos responsáveis pelas decisões econômicas nos países desenvolvidos e nos próprios organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial (KLIASS, 2011).

## **5 O MODELO DE CRESCIMENTO RECENTE**

A partir do segundo mandato do Governo Lula, passou a predominar a ideia de que se implementou um modelo econômico novo de política pública que promoveu a inclusão social; uma política de transição procurando erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e reverter os vetores de exclusão social. Desse modo, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) construiu um modelo que gerou um **círculo virtuoso de crescimento** baseado no aumento de emprego e de salários, elevação na produtividade e dinamismo baseado na



expansão do mercado interno (BRITO, 2010). O gráfico 2 mostra claramente que continuamos na linha da política econômica do stop em go.



Fonte: O Globo, 2012.

Porém, o objetivo da política macroeconômica do regime de metas, com elevadas taxas de juros no Brasil, reduz a demanda agregada e taxa de crescimento econômico, eleva em demasia o *déficit* público, aumenta o diferencial entre taxa de juros doméstica e taxa de juros internacional, provocando permanente valorização do real em relação ao dólar, estimulando uma elevada entrada de dólares para aplicação de ativos financeiros no Brasil, que reforça, novamente, a elevação da moeda doméstica frente às moedas internacionais, levando à necessidade de emissão de títulos públicos que provocam novamente um crescimento na dívida interna pública (CARCANHOLO, M., 2011).

O impressionante esforço fiscal decorrente da política de pagamentos de juros obriga a política de superávit primário pelo Banco Central, que determina transferência de recursos para os credores da dívida pública, ou seja, à camada mais rica da população, de, em média, 6,7% do PIB no período 2002-2010, concentrando renda no país e mostrando um comportamento e estrutura de despesas do setor público, excessivos e inadequados, dado o excessivo custo fiscal para pagar o juro realizado pelo Governo (FONSECA, 2011).

O governo do presidente Lula recebeu uma dívida interna de R\$ 841,0 bilhões (56,91% do PIB), que, ao fim de 2009, estava em R\$ 2,037,6 bilhões (65,20% do PIB) - aumento devido em grande parte aos pagamentos de juros. O Brasil continua prisioneiro dessa armadilha, cujo principal beneficiário é o mercado financeiro, que financia o governo e, com a abertura da economia ao capital internacional, estimula a entrada elevada de recursos do

exterior e provoca a sobrevalorização cambial, fazendo com que a dívida pública cresça de maneira irresponsável.

No Brasil os bancos elevaram em 316% seus lucros no período de 2002 a 2011, enquanto a inflação foi de 55%. Até novembro de 2011, em 12 meses, o governo desviou da área social e da infraestrutura a importância de R\$ 137,6 bilhões em receitas fiscais; toda para o pagamento de juros da dívida pública brasileira. Ocorre que a despesa efetiva com os rentistas é bem maior e a economia a ser feita pela União, estados, municípios e estadais cobre apenas parte do serviço da dívida, chegou aos R\$ 240 bilhões no final do ano, e elevou a dívida. Ademais, o orçamento federal em 2012 destinará 47,2% do total, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, revelando a captura do Estado brasileiro pela lógica rentista.

Em dezembro de 2009, a dívida interna líquida era de R\$ 1,39 trilhão; em dezembro de 2010 havia saltado para R\$ 1,6 trilhão; em 2011, passou de R\$ 1,8 trilhão. Por outro lado, o orçamento federal para a saúde em 2012 será da ordem de R\$ 90 bilhões; o Sistema Único de Saúde terá R\$ 80 bilhões para atender a 146 milhões de pessoas. E o valor aplicado como a educação gira em torno de 3% do PIB. Desse modo, o Estado e a sociedade estão a serviço das finanças; não existe um projeto para o Brasil. Desde a eleição de Fernando Henrique Cardoso domina a formação de um pacto político social-liberal amplamente hegemônico.

O governo anunciou em fevereiro, um corte a mais de gastos públicos de R\$ 55 bilhões para pagar juros aos rentistas do Estado brasileiro, além do que já constava no orçamento, perfazendo um total de R\$ 140 bilhões (sendo R\$ 97 bilhões da União e R\$ 43 bilhões de estados e municípios). Com essa atitude o governo reafirmava e demonstrava que o governo da presidente Dilma Rousseff dará continuidade a política do bom-mocismo criado pelo ex-ministro Antônio Palocci, em 2003, com o intuito de acalmar o mercado, garantindo que a mudança de governo não alteraria em nada a essência da política econômica do Estado brasileiro. E, durante o governo Lula essa promessa foi cumprida à risca (KLIASS, 2012).

O corte revela quais são as verdadeiras prioridades do governo, ao repetir a antiga estratégia de cortar os gastos sociais (previdência, saúde, educação, agricultura familiar, ciências e tecnologia, etc.) em favor das atividades parasitárias do rentismo. Não existe mudança estrutural ou ruptura em relação às políticas conservadoras, mas um governo de presidencialismo de coalizão, que preserva os ganhos do setor financeiro. O governo federal brasileiro sinalizou a manutenção dos ganhos do setor financeiro, prejudicando os gastos com investimento, o povo e os trabalhadores do Brasil.

O Banco Central do Brasil ao manter a mais elevada taxa real de juros do mundo acumulou um volume elevado de reservas de US\$ 380 bilhões, mas por outro lado este modelo fez a economia brasileira já ter um total de passivo externo brasileiro de US\$ 750 bilhões. A política de carry-trade favorece os banqueiros ao capital especulativo e os grandes rentistas, dado o juro pago alto pago pelo Brasil. Essa absurda remuneração proporciona ao capital especulativo gera lucros elevadíssimos e impacta negativamente a balança comercial e o setor industrial brasileiro, estimulando maciçamente as importações de manufaturados, de forma que transfere empregos e estimula os gastos e a compra de importados, as viagens internacionais para compra de bens supérfluos no exterior, tanto no período de governo do PSDB quanto na administração do PT.

O governo atual já vem repetindo a antiga estratégia de corte nos gastos sociais e em outros gastos essenciais, com o Estado objetivando privilegia o capital financeiro, os bancos e eleva sua suposta credibilidade junto ao “mercado”. Todavia, essa política reduz a capacidade do Estado em dar cabo de suas funções essenciais. Predomina o modelo mercantil, egoísta, individualista que foi instalado por Fernando Henrique Cardoso, com redução das políticas sociais, que tem como objetivo atender as necessidades reprimidas e possibilitar o acesso aos bens fundamentais para todos os brasileiros (KLIASS, 2012).

Predomina o modelo mercantil, egoísta, individualista, contra uma política de cooperação, solidariedade, fraternidade, objetivando atacar as elevadas desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil e impossibilitando de criar um modelo alternativo de desenvolvimento econômico. Estimula o consumismo, o esbanjamento e o turismo, de tal forma que em meio a maior crise do capitalismo, os turistas brasileiros dobraram seus gastos pelo mundo em 2011. Em 2010, os turistas brasileiros já havia gasto US\$ 16,4 bilhões. Em 2011, os gastos dos turistas brasileiros ficaram 21 bilhões. Em comparação com o ano de 2008, quando a crise mundial eclodiu, os gastos dos turistas brasileiros dobraram. Enquanto isso, os turistas estrangeiros gastaram apenas US\$ 7 bilhões no Brasil em 2011.

Com as políticas atuais, é impossível combater a histórica e injusta situação do subdesenvolvimento brasileiro. Assim, não existe este modelo virtuoso de crescimento econômico com redistribuição de renda, a economia brasileira não dispõe de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo que seja capaz de, ao mesmo tempo, resolver seus dilemas da competitividade e atacar a questão das desigualdades sociais com políticas universais.

A economia brasileira continua a apresentar um patamar extremamente baixo do investimento total e do investimento público, mesmo após o lançamento do PAC, com graves

deficiências na área de infraestrutura (transporte, comunicações, energia) que limita no longo prazo, o crescimento econômico do Brasil. Não existe o propalado modelo virtuoso de crescimento e o desempenho econômico recente do Governo Lula, que se manteve atrelado à defesa e ao interesse do capital rentista e dos negócios de *commodities* (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

O crescimento brasileiro foi beneficiado pelo vigor da conjuntura internacional e devido a algumas medidas de estímulo interno realizadas pelo governo (sequência de baixa das taxas de juros pós-2005 e política de expansão do crédito, elevação da renda da camada mais baixa da população e recuperação dos investimentos das empresas estatais); sem esquecer a política keynesiana conjuntural de combate à recessão em decorrência da crise internacional, e com o objetivo do PT objetivando manter-se no poder, ou seja, no governo e vencer as eleições à presidência da República em 2010. Política macroeconômica que no primeiro ano do atual governo de Dilma Rousseff, inicialmente, retornou a priorizar a agenda de estabilização macroeconômica.

Confirma-se o que afirmou o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer (2012), que disse ser a estratégia dos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a formação de uma aliança como o sistema financeiro e o latifúndio, "adversários da classe trabalhadora", de modo a que o governo do PT possa governar com tranquilidade.

Graças a grande e generosa contribuição e a forma especial com que o Estado brasileiro trata o sistema financeiro, a cada ano os bancos batem recordes após recordes em termos de lucro líquido de forma fácil e polpuda (usando ainda os benefícios e as técnicas e os procedimentos destinados a reduzir o pagamento de impostos) e não sofrem com os efeitos da crise financeira internacional, dado a premissa básica do governo de pagamento de juros da dívida ao mercado, mesmo que realizando ajustes no orçamento para beneficiar os especuladores e os credores do Estado.

Na administração de Dilma Rousseff, o Banco Central dirigido por Alexandre Tombini acenou com novas medidas de política econômica, classificadas com medidas macroprudenciais (elevação do depósito compulsório foi uma delas) parecendo, finalmente que a política do Banco Central deixava de privilegiar e favorecer os ganhos dos grandes bancos que operam no Brasil.

Essas medidas macroprudenciais visavam retirar recursos de circulação como forma de conter a atividade econômica superaquecida em 2010, que apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 7,5 % e inflação em alta. Entretanto, um estudo do Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2012). Sob o título Desempenho dos Cinco Maiores Bancos em 2011 revela que essas medidas macroprudenciais ajudaram a manter elevados os lucros dos maiores bancos brasileiros, dado que essas reservas são direta e diariamente remuneradas com base na taxa Selic, ajudando mais uma vez os lucros recordes do sistema bancário em 2011.

Segundo o estudo citado, em 2010, o resultado das aplicações compulsórias havia crescido em 232% na variação de ganho para os maiores bancos. Esse resultado das medidas macroprudenciais em 2011 foi 97% superior ao apurado no ano anterior, ou seja, em 2010. Essas medidas colaboraram na política de elevados custos da dívida pública em mais de R\$ 33 bilhões (tabela 1), participando em um montante total de mais de 60% do lucro líquido dos bancos brasileiro, o que representa “um pesado ônus ao orçamento público e, conseqüentemente, à sociedade” (DIEESE, 2012, p. 12).

TABELA 1  
Resultado das aplicações compulsórias dos cinco maiores bancos  
Dezembro de 2011

Banco	Dezembro 2010	Dezembro 2011	Varição absoluta	Varição (%)
Banco do Brasil	3.586.245,00	7.231.314,00	3.645.069,00	101,6%
Caixa Econômica	4.546.011,00	6.711.847,00	2.165.836,00	47,6%
Bradesco	2.905.053,00	6.141.846,00	3.236.793,00	111,4%
Itaú Unibanco	4.105.696,00	9.359.354,00	5.253.658,00	128,0%
Santander	1.891.591,00	4.185.664,00	2.294.073,00	121,3%
Total	17.034.596,00	33.630.025,00	16.595.429,00	97,4%

Fonte: DIEESE, 2012, P; 12.

Ocorre que diante desse predomínio de um modelo social-liberal impera na sociedade brasileira a retórica da intransigência (HIRSCHMAN, 1992), que defende a política econômica atual, assegurando que:

- a) qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se quer remediar (tese da perversidade);

- b) sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão “deixar marca” (tese da futilidade);
- c) argumenta que o custo da reforma proposta é alto demais, pois coloca em perigo a preciosa realização anterior (tese da ameaça).

Na opinião de Luis Nassif (2012) a economia brasileira possui todas as condições para dar o grande salto de competitividade para acelerar e tornar irreversível o desenvolvimento econômico, com dinâmica interna. Todavia, dificilmente o governo de Dilma Rousseff romperá com o pacto econômico que inclui o mercado financeiro, os grandes grupos nacionais e os grandes fornecedores do Estado. Esse atendimento preferencial das demandas dos setores politicamente influentes, dado a dificuldade de governar, tende sempre a privilegiar a linha de menor resistência.

Desse modo, o modelo econômico brasileiro apresenta como grupos vitoriosos, em primeiro lugar o mercado financeiro, seguido pelos grandes grupos monopolistas que estão se internalizando e, em terceiro lugar os grandes fornecedores de serviços ao Estado (empreiteiras, estaleiros, a cadeia que ganhará com o pré-sal). Essa política não cria uma nação forte, competitiva e nem possibilita um desenvolvimento sustentável. Somente contribui para o esgarçamento da cadeia produtiva e da economia nacional com eliminação de empresas nacionais e seus fornecedores internos, num verdadeiro processo de desconstrução social.

Mesmo com essa política do governo que não mostra existir um modelo virtuoso de crescimento, a atitude do discurso conservado comanda o processo. Todavia, não existe apenas essa opção. A sociedade no Brasil pode optar por outras alternativas para seu desenvolvimento. Dentre as principais possibilidades de desenvolvimento encontramos os discursos:

- a) o projeto conservador: que envolve crescimento com aperto fiscal, privatização, reforma da previdência, reforma trabalhista, etc. - o famoso fazer o Dever de Casa - e que representa um padrão de desenvolvimento capitalista medíocre, de baixas taxas de crescimento e baixa inflação. É o projeto do governo de FHC e dos economistas da Casa das Garças. É uma proposta neo-dependente-associado e integrado à globalização financeira;
- b) o novo desenvolvimentismo: para o qual basta corrigir a taxa de câmbio competitiva, corrigir o superávit primário e baixar a taxa de juros devagarzinho, pois o segundo mandato de Lula criou um modelo virtuoso. Tem em Delfin Netto, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2005) e Yoshiaki Nakano os seus maiores expoentes.

- c) padrão estabilidade com desenvolvimento, que promova o progresso industrial e tecnológico, desestime a especulação e que seja no sentido redistributivo, nacional e popular (apoiado em uma política de investimento-emprego-distribuição). Proposta do economista José Carlos de Souza Braga (FACHIN, 2009), da Unicamp.

A atuação do Estado na linha do desenvolvimento democrático, embora de difícil implantação, na opinião de Braga (FACHIN, 2009), parece ser uma via mais adequada, se for pensado no destino da classe trabalhadora, da burguesia nacional progressista e da nação. Assim, uma política de desenvolvimento deveria ser mais ativa e eficiente procurando cumprir as funções de (a) Estado gerenciador, na definição do rumo econômico e do pacto social; (b) Estado planejador, formulando a estratégia de ajuste e desenvolvimento; (c) Estado promotor, no fomento e apoio à produção e ao investimento privado; (d) Estado regulador, definindo a composição e o destino da produção; (e) Estado distribuidor, de maneira que torne mais equitativos os ganhos do desenvolvimento e que redistribua os custos para com as classes anteriormente beneficiadas; (f) Estado banqueiro, na concessão de crédito (pedra angular da moderna estrutura capitalista) à agricultura, habitação; e até o retorno do papel de (g) Estado empresário, na promoção do desenvolvimento através de empresas públicas, onde e quando necessários (VILLARREAL, 1989).

A relação entre o Estado e o setor privado é hoje diferente. Há um papel novo para o Estado. O papel do Estado é mais desafiador, mais complexo, mais sofisticado e requer planejamento e regulação distintos da que existiu no passado. No Brasil:

“Portanto, o novo papel indutor do Estado em relação às infraestruturas compreende a organização do planejamento a longo prazo e a estruturação de modelos pró-investimento privado, com segurança jurídica e regras regulatórias que tenham consistência e respeitem as condições de mercado. É óbvio que o papel do Estado é insubstituível para planejar, organizar, zelar e regular tudo isso. Também o papel do Estado é fundamental no financiamento, como ficou claro durante a crise recente, pelo seu papel anticíclico. O Estado deve ter, também, o papel de coordenador de expectativas, de estruturador no campo da política industrial e tecnológica. Se o Estado não implementar condições pró-investimento e pró-inovação (especialmente no que diz respeito à inovação, que é atividade de risco alto) não alcançaremos um desenvolvimento organizado” (Coutinho, 2011).

Essa questão do Estado e da intervenção estatal para acelerar o desenvolvimento econômico é apresentada como um ator central do crescimento asiático. Coréia do Sul, Cingapura, China, Taiwan são exemplos de que a política econômica liberal, entregue a si mesma é incapaz de gerar os objetivos do desenvolvimento econômico (FIORI, 2012).

Entretanto, José Luis Fiori ressalta que essa estratégia econômica asiática não se parece com o “desenvolvimentismo latino-americano”, representando uma luta para conquista de posição internacional autônoma e preeminente, não existindo nenhuma instituição ou política isolada que explique o sucesso do crescimento asiático. Foi a utilização de uma estratégia social e nacional que definiu os objetivos dessas sociedades e da nação, em uma linha próxima do mercantilismo de William Petty e do nacionalismo de Friederich List. (FIORI, 2012).

Um dos mitos construídos no período denominado de predomínio da chamada globalização foi condenar o Estado-nação à irrelevância. A crise financeira mundial de 2008 revelou a inadequação desse mito. O Estado ainda sobrevive, embora esse Estado esteja com a reputação em frangalhos. Acontece que a política de *laissez-faire* é uma receita que agrava a crise e provoca retrocesso político e restrição da democracia, como tem revelado as práticas hoje predominantes na União Europeia. Desse modo, o liberalismo e a tecnocracia internacional não proporcionam uma alternativa plausível para solução da crise. Os desafios da crise no capitalismo a humanidade se vê diante da inexistência de instituições cosmopolitas e de uma ética global para enfrentar esse problema, restando se fazer necessário recorrer ao Estado nacional em busca de soluções (RODRIK, 2012).

Em nível mundial, não existe nenhum movimento político que enfrente a questão sobre qual deve ser o futuro do capital. A crise é uma mostra de como a desigualdade de renda e de poder político cresceu de forma notável. A crise também tem sido uma forma de perpetuar o poder e o crescimento da riqueza de uma minoria de ricos e bem aquinhoados (HARVEY, 2012). As medidas de austeridade impostas autoritariamente representam um perigo para a democracia, para os direitos sociais, e, usam meios de política de alienação social que é praticada com grande ênfase pela mídia em nível mundial.

A crise nos EUA e na Europa, centro do sistema capitalista global de poder deverá ser prolongado e profundo. O mercado financeiro desregulado que foi salvo pela massiva intervenção e socorro prestado pelos Estados, ainda está no poder e resistirá aos avanços da regulação. Um novo capitalismo de Estado, que redistribuirá o poder e a liderança mundial, levando a ascensão de uma nova coalizão de forças poderá políticas construir uma nova ordem global internacional. Entretanto, será um processo adaptativo que levará décadas, nesse interregno, o Estado brasileiro deverá agir, nas brechas e oportunidades que surgirão ao longo desse processo, objetivando perseguir e alcançar objetivos nacionais de política econômica, sem esquecer das questões da consciência ecológica e se liberta do consumismo (NAKANO, 2012).



Assim, embora o Estado deva ser fortalecido. Não basta desenvolver um plano, realizar um planejamento que estabeleça como será e para que sirva o desenvolvimento. Faz-se necessário apresentar para que e para quem sirva esse desenvolvimento, para que e em nome de quem ele será realizado. Dado os interesses contraditórios das classes em uma sociedade com passado escravista e com o domínio de uma classe conservadora retrograda como são as elites brasileiras, as questões da nação devem vir em primeiro lugar.

## 6 CONCLUSÃO

Semelhante aos grandes cientistas do passado, urge retomar e recuperar a hegemonia do pensar criticamente. A tarefa maior deve ser com relação às consequências para com a humanidade no decorrer deste novo século; e estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo não deve ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas, e sim a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população, uma educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana deve ser dirigida para a busca da felicidade - esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente.<sup>3</sup>

O ideal seria que a classe trabalhadora e as associações de trabalhadores regulassem a produção e suas decisões. Os trabalhadores deviam controlar o processo produtivo via mecanismos de coordenação diferente dos mercados. No capitalismo, historicamente esta função foi executada pelo Estado, entretanto o Estado foi criado essencialmente para benefício do capital, não em favor do povo. Entretanto, na atualidade não existe nenhuma forma alternativa de coordenação e organização, para a formação da sociedade e da nação. Somente mercado e Estado aparecem como alternativa. Assim, a alternativa de um projeto nacional desenvolvimentista deve ter com uma política o desenvolvimento tecnológico, uma forte base social realizado com a atuação do Estado brasileiro. Dentro de um mundo sem opções progressistas, um avanço socialdemocrata que deve aproveitar as brechas e as oportunidades desse período longo de crise e transformação do capitalismo global é melhor do que o nosso presente.

---

<sup>3</sup> Cf. Furtado (1992).

No Brasil, como se pode observar, o que impera na sociedade brasileira é a retórica da intransigência. Assim, as reformas na sociedade brasileira são necessárias, mas, diante da falta de um verdadeiro projeto nacional e como uma proposta revolucionária do capitalismo, não apresenta viabilidade de ser executado no Brasil, sobra apenas uma linha de Estado socialdemocrata que cumpra as funções de gerenciador, planejador, promotor, regulador, distribuidor, banqueiro e empresário. Em outras palavras, faz-se mister a presença de um Estado que viabilize uma proposta nacional e em favor da nação, do social e forneça a infraestrutura que o Brasil carece para poder gerar desenvolvimento sustentável.

## 7 REFERÊNCIAS

- ASSIS, José Carlos de. **Uma visão do real problema do Brasil**. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2005.
- ASSIS, José Carlos de. **Os assassinos do projeto social democrata**. Disponível em: <europaude[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19662](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19662)>. Acesso em 28 fev. 2012.
- BATISTA, Paulo N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 99-144.
- BATISTA JUNIOR, Paulo N. Retomada do crescimento? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 abr. 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.
- BENJAMIN, César. **A verdadeira herança maldita**. 04 dez. 2003. Disponível em: <[http://www.fenecon.org.br/Artigo\\_Benjamin.pdf](http://www.fenecon.org.br/Artigo_Benjamin.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2005.
- BARRY, John; ECKERSLEY, Robyn. **The state and the global ecological crisis**. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts, 2005.
- BRESSER-PERREIRA, Luis C. **Câmbio e juros**. 09 maio 2005. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2005/05.05.09.Cambio\\_e\\_juros.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2005/05.05.09.Cambio_e_juros.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2005.
- BRITO, Marcelo Fantaccini. **A defesa da tese de Aloizio Mercadante**. 17 dez. 2010. Disponível em: <[http://blogln.ning.com/profiles/blogs/a-defesa-de-tese-de-aloizio?xg\\_source=activity](http://blogln.ning.com/profiles/blogs/a-defesa-de-tese-de-aloizio?xg_source=activity)>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: Unicamp. 3. ed. 1994.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Política econômica e taxa de câmbio no (novo) governo. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 259, p. 3-4, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.corecon-rj.org.br/jornal.asp>>. Acesso em: 04 mar. 2011.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise capitalista. **O Comuneiro**, n. 13, set. 2011. [online]. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/ii\\_index.htm](http://www.ocomuneiro.com/ii_index.htm)>. Acesso em: em 03 fev. 2011.
- CARVALHO, Carlos E. **Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo**. 26 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=1574](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1574)>. Acesso em: 01 maio 2005.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Luciano. **Papel contemporâneo do Estado na economia brasileira.**

Disponível em: <<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/11/29/papel-contemporaneo-do-estado-na-economia-brasileira/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

DIEESE. **Desempenho dos cinco maiores bancos em 2011.** Fevereiro 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/desempenhoBancos2011.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

DELFIN NETTO, Antonio. Que destino para o Brasil? **Carta Capital**, São Paulo, a. IV, n. 130, p. 26-27, 04 ago. 1999.

DELFIN NETTO, Antonio. Trindade Maléfica **Carta Capital**, São Paulo, a. XIII, n. 457, p. 19, 07 mar. 2007.

DIERCKXSENS, Wim et al. **Século XXI: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história?** Goiânia: CEPEC, 2010.

FACHIN, Patrícia. Subdesenvolvimento: um problema estrutural? **IUH On-line**, a. IX, n. 317, 30 nov. 2009. Disponível em:

<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2981&secao=317](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2981&secao=317)>. Acesso em: 10 dez. 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo: Globo, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luis. **“O desenvolvimentismos asiático”.** Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2012/12.01.Fiori-Desenvolvimento-Asiatico.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. Política fiscal no Brasil: principais questões e desafios. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 259, p. 7-8, fev.2011. Disponível em: <<http://www.corecon-rj.org.br/jornal.asp>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

FREYRE Gilberto. **Casa-Grande & senzala.** Rio de Janeiro: Record. 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1979.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo **A macroeconomia de Lula.** Disponível em: <<http://desempregozero.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2005.

HARVEY, David. Crise beneficia os mais ricos, diz geógrafo. **Folha de São Paulo** [online], 26 fev. 2012. Disponível em :< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/27869-crise-beneficia-os-mais-ricos-diz-geografo.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOUTART, François; POLET, François. **O outro Davos**: mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

JURUÁ, Ceci Vieira. Resultados do triênio 2003/2005: crescimento e repartição da renda nacional. **Outro Brasil**, 18 nov. 2005. [online]. Disponível em: <[http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir\\_analise.asp?Id\\_Sub\\_Analise=116&Id\\_Analise=5](http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir_analise.asp?Id_Sub_Analise=116&Id_Analise=5)>. Acesso em: 17 mar. 2006.

KLIASS, Paulo. **Pibão ou pibinho**: entre a retórica e a realidade. 13 mar. 2011 <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=4987](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4987)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

KLIASS, Paulo. **Não há razões para corte de R\$ 55 bilhões!** 23 fev. 2012. <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5483](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5483)> . Acesso em: 24 fev. 2012.

LANDIM, Rodolfo. A escolha de Sofia. **Folha de São Paulo**, 01 abr. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde01042011.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

LOUÇÃ, Francisco. **O capitalismo em crise e os meios de superá-la**. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19660](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19660)> . Acesso: 28 fev. 2012.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Primeiros Passos, 337).

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLO, Maria de Lourdes R. **O neoliberalismo**: O que é? De onde veio? Para onde vai? Brasília: UnB, 1996. (Textos Didáticos, 17).

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001. (Ponto Futuro, 6).

NAKANO, Yoshiaki. **Interregno hegemônico**. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2012/12.02.Interregno\\_hegemônico.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2012/12.02.Interregno_hegemônico.pdf)> . Acesso em 20 fev. 2012.

NASSIF, Luis. **Política econômica: a inércia vencendo o futuro**. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/luisnassif>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

O GLOBO. **PIB brasileiro desacelerou e subiu 2,7% em 2011**. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/economia/pib-brasileiro-desacelerou-subiu-27-em-2011-4226134>>. Acesso em: 06 mar. 2013

OLIVEIRA, Carlos A. B. A década infame. **Carta Capital**, São Paulo, a. IV, n. 94, p. 34-36, 31 mar. 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RODRIK, Demi. **O renascimento do Estado-nação**. Disponível em:  
<[http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2012/12.02.Renascimento\\_estado.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2012/12.02.Renascimento_estado.pdf)> . Acesso em: 20 fev. 2012.

SACHS, Jeffrey. **Necessidade vs. ganância**: o planeta está no limite. 07 mar. 2011.  
Disponível em:  
<[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17515](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17515)>. Acesso em: 07 mar. 2011.

SAYAD, João. **Que país é este?** Rio de Janeiro: Renavan, 1999.

SINGER, Paul. **Aliança com sistema financeiro e latifúndio dá a PT tranquilidade para governar, diz Paul Singer**. 14 out. 2011. Disponível em:  
<[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=18697](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18697)>. Acesso em 15 out. 2011.

VIANA, Francisco J. Oliveira. **Ensaio inédito**. Campinas: Unicamp, 1991.

VILLARREAL, René. **A contra-revolução monetarista**: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 1989.